Processo C-739/19**Resumo do pedido de decisão prejudicial em aplicação do artigo 98.º, n.º 1, do Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça****Data de entrada:**

8 de outubro de 2019

Órgão jurisdicional de reenvio:

Supreme Court (Supremo Tribunal, Irlanda)

Data da decisão de reenvio:

4 de outubro de 2019

Recorrente:

V.K.

Recorrido:

An Bord Pleanála

1. Introdução

1.1 O presente pedido de decisão prejudicial nos termos do artigo 267.º TFUE diz respeito ao alcance do direito de um Estado-Membro – em conformidade com o artigo 5.º da Diretiva 77/249/CEE do Conselho, de 22 de março de 1977, tendente a facilitar o exercício efetivo da livre prestação de serviços pelos advogados, conforme alterada (a seguir «Diretiva relativa aos serviços dos advogados» ou «Diretiva») – impor a um advogado que pretenda representar e defender um cliente em juízo num Estado-Membro diferente daquele em que o advogado em causa está estabelecido e inscrito a obrigação de atuar «de concerto com» um advogado que exerça junto da autoridade judicial do Estado-Membro de acolhimento.

2. Matéria de fato

2.1 O pedido coloca-se no âmbito de um litígio que foi objeto do Acórdão de 17 de outubro de 2018, Klohn (C-167/17, EU:C:2018:833), no qual o Tribunal de Justiça estabeleceu a interpretação e a aplicação corretas do direito da União no que respeita ao regime das despesas aplicável em determinados processos em matéria de ambiente. Na sequência deste acórdão, o processo foi devolvido à

Supreme Court (Supremo Tribunal, Irlanda) para efeitos de decisão do recurso interposto por V.K., nos termos do direito, conforme determinado pelo Tribunal de Justiça.

2.2 Dado que certas questões continuam por resolver entre as partes, é necessário que a Supreme Court (Supremo Tribunal) proceda a uma nova audiência antes de proferir a decisão final. Neste contexto, V. K. pretende ser representado neste novo processo na Supreme Court (Supremo Tribunal) por O., Rechtsanwalt alemã. Surgiram algumas dúvidas sobre se O. estava habilitada a pleitear nos tribunais irlandeses, as quais deram origem a um processo distinto para determinar a questão do direito de pleitear de O. Neste contexto, o General Council of the Bar of Ireland (Conselho Geral da Advocacia da Irlanda) e a Law Society of Ireland (Sociedade do Direito da Irlanda) [organismos profissionais que representam as profissões de barrister e de solicitor, respetivamente] bem como o Attorney General (Procurador-Geral) juntaram-se ao processo como intervenientes. No direito irlandês, só os barristers ou os solicitors em pleno gozo dos seus direitos estão normalmente habilitados a pleitear nos tribunais irlandeses, sem prejuízo de os advogados visitantes poderem fazê-lo ao abrigo da Diretiva relativa aos serviços dos advogados.

2.3 A Supreme Court (Supremo Tribunal) entendeu que O. demonstrara estar habilitada a exercer os direitos conferidos aos advogados visitantes pela Diretiva relativa aos serviços dos advogados e pelas medidas irlandesas de transposição desta diretiva. Ficou em aberto a questão de saber se, no exercício desses direitos, O. podia ser obrigada a atuar «de concerto com» um advogado inscrito na Irlanda. A Supreme Court (Supremo Tribunal) considerou que a resposta a esta questão não era clara à luz do direito da União, e, por este motivo, entendeu que era necessário submeter ao Tribunal de Justiça uma questão prejudicial sobre a correta interpretação dos aspetos pertinentes da Diretiva relativa aos serviços dos advogados.

3. Direito da União

3.1 As disposições pertinentes do direito da União encontram-se, em primeiro lugar, no artigo 1.º, n.º 2, da diretiva relativa aos serviços dos advogados, que inclui na lista das denominações profissionais abrangidas pela diretiva a designação de *Rechtsanwalt* no que respeita à Alemanha. O artigo 2.º prevê que cada Estado-Membro reconhecerá a qualquer pessoa referida no artigo 1.º, n.º 2, o direito de exercer a atividade de advogado como prestação de serviços. Daqui decorre que, em princípio, um *Rechtsanwalt* alemão tem o direito de prestar serviços como advogado em qualquer Estado-Membro, estando sujeito às condições enumeradas na Diretiva relativa aos serviços dos advogados.

3.2 Em especial, o artigo 5.º da diretiva enuncia:

«No que respeita ao exercício das atividades relativas à representação e à defesa de um cliente em juízo, os Estados-Membros podem exigir aos advogados mencionados no artigo 1.º:

[...]

— que atuem de concerto, [...] com um advogado que exerça perante a jurisdição competente e que será, se necessário, responsável perante essa jurisdição [...].»

3.3 Conclui-se, portanto, que a Diretiva relativa aos serviços dos advogados permite a um Estado-Membro impor aos advogados «visitantes» (advogados que, nos termos dessa diretiva, sejam advogados inscritos num Estado-Membro da União Europeia, mas pretendam efetuar uma prestação de serviços num Estado-Membro em que não estão inscritos) a obrigação de, quando intervêm num litígio, atuar «de concerto com» um advogado inscrito no Estado-Membro onde o litígio será dirimido.

4. Regulamentação irlandesa

4.1 A Irlanda adotou as European Communities (Freedom to Provide Services) (Lawyers) Regulations 1979 (Regulamento de 1979 das Comunidades Europeias (Livre prestação de serviços) (Advogados), conforme alterado (a seguir «Regulamento»), para efeitos da transposição das disposições da Diretiva relativa aos serviços dos advogados para o direito irlandês.

4.2 A regra 2 (1) define «advogado visitante» por referência a uma lista que coincide com a lista constante do artigo 1.º, n.º 2, da Diretiva.

4.3 A regra 6 prevê o seguinte:

«Sempre que um advogado visitante exerça atividades no Estado relativas à representação e à defesa de um cliente em juízo, deve atuar de concerto com um advogado habilitado a exercer perante a jurisdição competente e que será, se necessário, responsável perante essa jurisdição.»

4.4 Verifica-se que a regra 6 se assemelha bastante ao artigo 5.º da Diretiva. Embora seja claro que o artigo 5.º da Diretiva se limita a autorizar, mas não impõe, que um Estado-Membro estabeleça a exigência de atuar «de concerto com», a Irlanda entendeu adotar esta medida nos termos das da regra 6.

4.5 Ora, o artigo 5.º da Diretiva já foi apreciado pelo Tribunal de Justiça em vários processos, nomeadamente no Acórdão de 25 de fevereiro de 1988, Comissão/Alemanha (427/85, EU:C:1988:98). A questão central entre as partes no presente processo tem por objeto a interpretação e a aplicação corretas do acórdão do Tribunal de Justiça proferido naquele processo. Em substância, trata-se de saber se o direito da União, tal como interpretado no Acórdão Comissão/Alemanha, proíbe qualquer exigência de que um advogado visitante

atue de concerto com um advogado inscrito na Irlanda, no caso de a parte ter direito a representar-se a si própria nos termos do direito irlandês.

5. Direito irlandês

5.1 Para efeitos desta problemática, a Supreme Court (Supremo Tribunal) chama a atenção do Tribunal de Justiça para determinadas características do direito irlandês em matéria de representação das partes em juízo.

5.2 Primeiro, como já foi salientado, as únicas pessoas, para além das partes no litígio, que têm direito a pleitear perante os órgãos jurisdicionais irlandeses são os barristers ou os solicitors em pleno gozo dos seus direitos.

5.3 Num número limitado de casos, está previsto que um litigante que se represente a si próprio pode ser assistido por um chamado «McKenzie friend» [pessoa que pode assistir uma parte em juízo sem ter necessariamente formação jurídica]. Todavia, a jurisprudência constante dos órgãos jurisdicionais irlandeses precisou que essa pessoa não pode representar uma parte em juízo, mas apenas atuar como seu assistente administrativo, permitindo à parte interessada apresentar o seu próprio caso da melhor forma possível. Em particular, entende-se que esse assistente não tem o direito de pleitear perante o tribunal como representante da parte.

5.4 Conclui-se, portanto, que o direito irlandês não reconhece circunstâncias em que uma pessoa que não seja um barrister ou um solicitor em pleno gozo dos seus direitos possa representar uma parte num litígio nos tribunais.

5.5 Além disso, há que salientar que o direito irlandês não permite a representação em juízo das sociedades por qualquer outra pessoa que não seja um advogado em pleno gozo dos seus direitos. Salvo em circunstâncias excecionais, as sociedades não podem, portanto, representar-se a si próprias.

5.6 Todavia, com exceção das sociedades, ninguém é obrigado a fazer-se representar por um advogado em nenhuma fase do processo judicial irlandês nem em nenhum tipo de processo. O direito de uma parte a representar-se a si própria é visto como um elemento importante do direito constitucional de acesso aos tribunais (incluindo às mais altas instâncias) ou como parte do elevado valor constitucional atribuído, do mesmo modo, ao direito de defesa. Em resumo, portanto, as pessoas singulares, mas não as sociedades, podem representar-se a si próprias em qualquer processo, mas, em todos os outros casos, tanto as partes que devem (sociedades) como as que pretendam (pessoas singulares) ser representadas, têm de contratar um advogado em pleno gozo dos seus direitos.

5.7 O tribunal recorda igualmente o alcance limitado, no direito irlandês, da exigência de atuar «de concerto com», que mais não é do que a obrigação de designar um advogado inscrito na Irlanda, que esteja disponível para assistir o advogado que atua ao abrigo da Diretiva sobre os serviços dos advogados, no caso

de este último necessitar de assistência em questões de direito nacional, de prática nacional e de regras processuais ou deontológicas.

5.8 Por outro lado, a Supreme Court (Supremo Tribunal) observa que a Irlanda consagra um regime em que a regra é que uma parte pode recuperar a totalidade das despesas de representação judicial se obtiver ganho de causa. Daqui decorre, portanto, que, normalmente, um advogado visitante que represente a parte que obtém ganho de causa num processo poderá, na prática, recuperar a totalidade das suas despesas junto da parte vencida. Embora a obrigação principal de pagar um advogado incumba à parte que o advogado representa e a condenação nas despesas imponha à parte vencida que reembolse a parte vencedora das despesas razoáveis pagas ou devidas aos advogados desta parte, a possibilidade de recuperar integralmente as despesas junto de um demandado ou de um recorrido que tenha capacidade financeira para pagar, constitui frequentemente, na prática, o meio de pagamento a um advogado. Estas medidas não estão disponíveis para um litigante que se represente a si próprio, que só pode recuperar as despesas incorridas na representação. Assim, o reconhecimento de que um advogado tem o direito de representar uma parte nos órgãos jurisdicionais na Irlanda pode ter consequências financeiras importantes para todos os interessados.

5.9 Por último, a Supreme Court (Supremo Tribunal) refere que uma das obrigações deontológicas impostas a qualquer advogado que represente uma parte nos órgãos jurisdicionais irlandeses é a obrigação de pesquisar todos os domínios pertinentes da lei e de submeter a esses órgãos jurisdicionais os diplomas jurídicos, incluindo os que são desfavoráveis à sua parte, que possam ter incidência na correta resolução do litígio. Esta obrigação é concebida como um elemento da posição típica dos países de «common law», segundo a qual uma parte principal da pesquisa necessária para permitir ao juiz chegar a uma conclusão adequada sobre questões de direito é levada a cabo pelas partes, e não pelo próprio juiz. É evidente que esta prática fica de algum modo prejudicada nos casos em que as partes se representam a si próprias, mas, tendo em conta os princípios constitucionais já referidos, é comumente aceite que os tribunais devem fazer o seu melhor para resolver as questões jurídicas nesses casos, sem a assistência de um advogado de uma, de outra ou de ambas as partes.

6. Posição das partes

6.1 O. sugere que o Acórdão do Tribunal de Justiça no processo Comissão/Alemanha implica claramente que é inadmissível que um Estado-Membro aplique a opção de atuar «de concerto com», nos casos em que a parte que o advogado visitante pretende representar tenha direito a representar-se a si própria. Daqui resulta que, em substância, um Estado-Membro pode não ter o direito de impor a exigência de atuar «de concerto com» se o seu ordenamento jurídico não impuser que as partes sejam representadas por advogados.

6.2 O Attorney General e a Law Society of Ireland defendem uma conceção mais matizada do Acórdão do Tribunal de Justiça no processo Comissão/Alemanha.

Sublinham que o Tribunal de Justiça fez especificamente referência ao facto de existirem, pelo menos, certas circunstâncias em que as partes podem ser representadas, nos órgãos jurisdicionais alemães, por pessoas que não sejam advogados. Tendo em conta que o direito irlandês não permite a uma parte fazer-se representar por uma pessoa que não seja um advogado inscrito em pleno gozo dos seus direitos, sugerem que se pode estabelecer uma distinção entre a situação na Irlanda e a situação na Alemanha. Em especial, o Attorney General e a Law Society of Ireland recordam que a conclusão a que o Tribunal de Justiça chegou no n.º 14 do seu acórdão, de que nenhuma consideração de interesse geral pode justificar a exigência de atuar «de concerto com» em processos judiciais em que a constituição de um advogado não seja obrigatória surgiu no contexto do que foi descrito como «nestas condições». Esta expressão, que figura no início desse n.º 14, implica uma remissão para o número anterior, que refere o facto de que o direito alemão permite, em certos casos, a representação por uma pessoa que não seja nem um advogado nem um especialista.

6.3 Além disso, chama-se a atenção para que numerosos aspetos do regime segundo o qual um advogado visitante estava obrigado a atuar «de concerto com» um advogado inscrito na Alemanha foram, em substância, considerados desproporcionados pelo Tribunal de Justiça. Como já foi referido, tais exigências não decorrem do direito irlandês, segundo o qual a obrigação mínima é designar um advogado inscrito na Irlanda que, se necessário, possa prestar assistência em questões de direito nacional, de prática nacional e de regras processuais ou deontológicas. Afigura-se, portanto, que o alcance ou a escala da obrigação que existia no direito alemão à data da decisão do Tribunal de Justiça no Acórdão Comissão/Alemanha eram significativamente mais latos do que os da obrigação que decorreria do direito irlandês se a Irlanda pudesse impor a obrigação de atuar «de concerto com».

6.4 Por último, as partes defendem que existe uma diferença significativa entre a lógica aplicável no caso de um Estado-Membro pretender impor restrições aos advogados visitantes quando permite que as partes se façam representar por pessoas que não sejam advogados ou especialistas, por um lado, e a tese de que, na prática, ressalvado o caso das sociedades, a Irlanda está, com efeito, impedida de impor uma obrigação de atuar «de concerto com».

6.5 O General Council of the Bar of Ireland adotou uma posição mais neutra. Admitiu que determinadas passagens do Acórdão do Tribunal de Justiça no processo Comissão/Alemanha podiam ser interpretadas como O. defende, mas também sugeriu que a questão não era clara devido aos argumentos alternativos apresentados pelo Attorney General e pela Law Society of Ireland.

7. Questões prejudiciais

7.1 Com este fundamento, a Supreme Court (Supremo Tribunal) decidiu submeter ao Tribunal de Justiça as seguintes questões prejudiciais:

1. Está um Estado-Membro impedido de utilizar a opção prevista no artigo 5.º da Diretiva 77/249/CEE, de 22 de março de 1977, conforme alterada, que permite a um Estado-Membro impor aos advogados que exerçam a atividade de representação e de defesa de um cliente em juízo que «atuem de concerto [...] com um advogado que exerça perante a jurisdição competente», em todos os casos em que a parte que o advogado visitante pretende representar nesse processo possa representar-se a si própria?
2. Em caso de resposta negativa à primeira questão, quais os fatores que um órgão jurisdicional nacional deve apreciar para determinar se é permitido impor a obrigação de atuar "de concerto com"?
3. Em especial, a imposição de uma obrigação limitada de atuar de "concerto com", da forma descrita anteriormente na presente decisão de reenvio, equivaleria a uma ingerência proporcionada na liberdade de prestação de serviços dos advogados, e, por conseguinte, justificada, tendo em conta o interesse geral em causa, a saber, a necessidade de proteger os consumidores de serviços jurídicos e a necessidade de garantir uma boa administração da justiça?
4. Em caso de resposta afirmativa à terceira questão, esta posição é válida em qualquer circunstância, e, se assim não for, que fatores deve o órgão jurisdicional nacional ter em conta para determinar se essa obrigação pode ser imposta num determinado caso?